08:49 49%

Policial militar com câmera na farda no Rio de Janeiro Divulgação/PMERJ

Com regras variadas, policiais de ao menos 25 países usam câmera corporal

Estudos apontam que autonomia do policial para gravar pode prejudicar eficácia da tecnologia

SÃO PAULO, WASHINGTON, MADRI E TAIPÉ As policias de ao menos 25 países utilizam câmeras corporais que registram suas ações em serviço. Ao redor do mundo, a discussão sobre o uso do equipamento tem variado entre o otimismo e as incertezas em relação aos resultados.

Pesquisas apontam para uma grande variação na eficácia da tecnologia para coibir casos de violência —praticada por e contra agentes de segurança—, aumentar a produtividade no atendimento a ocorrências e gerar confiança na polícia. O motivo está na diferença das regras para o uso dos equipamentos, como a autonomia do policial para acionar a gravação, o acesso do público às imagens e como elas devem ser manejadas durante uma investigação.

Enquanto no Brasil há estados em que o acionamento da câmera é automático, caso de Santa Catarina, em países como Reino Unido, Estados Unidos e França o uso é diferente: na maior parte dos departamentos, os policiais acionam a gravação manualmente.

Na Europa, o equipamento é usado há quase 20 anos, mas o objetivo principal não é reduzir a letalidade policial. O foco é melhorar o serviço prestado pelos agentes de segurança à população. Em 2014, a polícia de Londres adotou as câmeras para todos os policiais que trabalham em contato com o público.

Além de proteger os policiais e servir como evidência, a introdução das câmeras corporais na Alemanha teve uma justificativa extra. Como aumentou o número de cidadãos que começaram a filmar as ações policiais com o celular, o equipamento da corporação passou a servir como um contraponto a possíveis edições maliciosas do conteúdo.

Na Ásia, a violência contra policiais durante protestos serviu de pretexto para dar início ao uso de câmeras corporais, mas há receio de que o aparelho possa servir para cercear manifestações políticas.

Em Hong Kong, onde os testes começaram em 2013, as câmeras foram implantadas amplamente a partir de 2017. Uma das justificativas dizia respeito a episódios de violência em eventos públicos, com as câmeras servindo para, por exemplo, comprovar ataques à polícia. Mas organizações acusaram policiais de romper suas próprias normas ao usar as câmeras em protestos políticos no final do ano, gravando indivíduos, não a multidão.

"Análises sugerem que restringir a discricionariedade [autonomia] dos agentes para ligar e desligar câmeras corporais pode reduzir o uso da força pela polícia, mas é necessário ter mais avaliações", diz o texto de uma das pesquisas mais abrangentes sobre o tema, feita em 2022 na Universidade George Mason, dos EUA, que revisou 30 estudos sobre câmeras corporais em vários países. Esse ponto é citado em diversos outros estudos que avaliaram o uso da tecnologia em departamentos americanos e em outros países.

Essa hipótese tem sido reforçada por análises mais recentes. "Uma revisão abrangente de 70 estudos sobre o uso de câmeras corporais constatou que a maior parte das pesquisas não demonstrou efeitos consistentes ou estatisticamente significativos", afirma o Instituto Nacional de Justiça dos EUA, braço do Departamento de Justiça americano voltado para avaliação de políticas públicas. Segundo o órgão, uma análise do impacto do uso das câmeras depende de mais estudos.

No Brasil, levantamento da FGV (Fundação Getulio Vargas) apontou redução de 57% nas mortes por intervenção policial nos batalhões da PM de São Paulo entre 2021 e 2022, em comparação com as unidades que não usavam o equipamento. Já em Santa Catarina, pesquisa feita por universidades do Reino Unido e pela PUC-Rio apontou queda de até 61% no uso de força pelos agentes de segurança.

Em lugares onde o uso excessivo da força é central no debate público, há maior preocupação com brechas nas regras e com o risco de que as câmeras não sejam usadas como mandam os protocolos.

É o que pode ter ocorrido em 30 de julho do ano passado em Guarujá, no litoral paulista. Imagens de uma câmera corporal mostram que, às 7h45 daquele dia, o sargento da PM Eduardo de Freitas Araújo apontava um fuzil em direção à porta de um barraco.

Na ação, um homem que estava dentro do imóvel foi morto. Ele não aparece na imagem no momento do tiro —apenas o fuzil do policial e a porta. O sargento e outros três PMs disseram em depoimento que o policial gritou "larga a arma" para o suspeito.

A cena, porém, não tem som. A defesa dos policiais afirmou que as câmeras "estavam em 'modo recall', ou seja, por descuido, não foram acionadas para o 'modo evidência'". O "recall" é um tipo de gravação armazenada em baixa qualidade e sem som, destinado a situações corriqueiras que não envolvem perigo.

Para passar de "recall" para "evidência", o próprio PM precisa apertar um botão. As diretrizes da PM exigem que isso seja feito em qualquer operação policial ou abordagem, para que a ocorrência seja gravada com qualidade total.

O caso gerou a primeira denúncia criminal contra policiais da Operação Escudo, que teve 28 mortos e é a ação mais letal da PM paulista desde o massacre do Carandiru. A operação tem sido citada por especialistas brasileiros como um exemplo de que a câmera, sozinha, não resolve o problema da violência policial.

Neste caso, contudo, o vídeo foi o principal elemento da acusação. Para a defesa dos policiais, o argumento parte "de análise equivocada dos fatos, não havendo razões jurídicas para que as acusações prosperem".

No Brasil, ao menos oito estados têm PMs que usam câmeras na farda: São Paulo, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Roraima, Rondônia e Santa Catarina. O Paraná deve iniciar seu programa em fevereiro. E o Ministério da Justiça elaborou um projeto de lei que busca institucionalizar o uso das câmeras pelo país.

Em São Paulo, há dúvidas sobre a continuidade do uso das câmeras pela PM. O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) declarou, em dezembro, que os equipamentos não têm efetividade para a segurança dos cidadãos e renovou o contrato do programa apenas até junho. O orçamento foi reduzido, e um estudo que havia mostrado o impacto das câmeras foi descontinuado.

"Não é um problema de desenho do programa, e sim de supervisão da tropa", diz a diretora executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Samira Bueno, que estudou o programa paulista.

As câmeras da PM de São Paulo têm uma particularidade: são programadas para filmar durante todo o turno, enquanto na maior parte do mundo é o próprio policial quem decide quando gravar.

"Os estudos mostram que os policiais acionam a câmera, em média, em só um terço das ocorrências, em várias polícias nos Estados Unidos, no mundo todo", diz Samira.

Em Santa Catarina, primeiro estado a adotar a tecnologia no país, a gravação se inicia automaticamente após policiais comunicarem ocorrências ao centro de controle da PM. Houve resistência da categoria ao sistema, mas o Tribunal de Justiça do estado diz que essa deve ser a regra.

A gravação acionada apenas por decisão do policial é a regra no mundo. Há outros modelos: em Louisville, no Kentucky (EUA), por exemplo, isso ocorre quando a arma do policial é retirada do coldre.

O custo dos programas é diretamente afetado pelo método de acionamento das câmeras. Quanto mais gravações, mais espaço de armazenamento nos bancos de dados será necessário. Em São Paulo, o gasto foi de R$ 7 milhões por mês no ano passado.

O acesso às imagens por policiais sob suspeita é outro aspecto crítico, dizem os especialistas. Em São Paulo e Santa Catarina, esse acesso é permitido. Os PMs podem ver as imagens das próprias câmeras por meio de um aplicativo de celular.

"Essas tecnologias vieram para ficar", diz o professor Leandro Piquet Carneiro, coordenador da Escola de Segurança Multidimensional da USP. Ele foi um dos coordenadores de um estudo que mostrou queda nas mortes de policiais e de suspeitos em São Paulo nos batalhões que usam a tecnologia. Outras pesquisas com a PM paulista chegaram a conclusões semelhantes.

"Em outros países, não se discute abandonar esse recurso. Na Europa e nos Estados Unidos estão investindo pesadamente nisso porque, em todo o espectro de tecnologia, e principalmente tecnologia de imagem, o custo era absurdo e diminui a cada ano", diz o professor.

Tulio Kruse, Fernanda Perrin, Ivan Finotti e Nelson de Sá

Câmeras corporais no mundo

Países onde há uso de câmeras corporais pela polícia

- Alemanha
- Austrália
- África do Sul
- Canadá
- Chile
- China
- Colômbia
- Itália
- Índia
- Emirados Árabes Unidos
- Espanha
- EUA
- Finlândia
- França
- Paquistão
- Reino Unido
- Países Baixos
- Suécia
- Uruguai
- Taiwan
- Japão
- Singapura
- Filipinas
- **Brasil**

Implementado há menos de um ano

- África do Sul

Implementação em 2024*

- Japão
- Portugal

* Portugal já iniciou implementação com a Polícia Marítima; Japão ainda deve iniciar programa neste ano

Fontes: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, PMSC, UDESC, Departamento de Polícia de Nova York, Polícia Metropolitana de Londres, Departamento de Polícia de Paris

> Essas tecnologias vieram para ficar. Em outros países, não se discute abandonar esse recurso. Na Europa e nos EUA estão investindo pesadamente nisso porque, em todo o espectro de tecnologia, e principalmente tecnologia de imagem, o custo era absurdo e diminui a cada ano
>
> **Leandro Piquet Carneiro**
> coordenador da Escola de Segurança Multidimensional da USP

Exemplos de regras do uso das câmeras

SÃO PAULO

Acionamento da câmera
Para som e vídeo em alta qualidade, é feito manualmente pelo próprio policial; protocolo exige acionamento durante operação ou abordagem

Armazenamento de imagens
Vídeos de rotina, por 3 meses; vídeos intencionais, por 1 ano

Acesso do policial
Quem usa as câmeras pode rever vídeos intencionais por aplicativo; supervisores podem auditar procedimento

Acesso de terceiros
Acesso é garantido à Justiça, defesa de acusados, Ministério Público e outras polícias, mas não há protocolo com regras claras sobre prazos e critérios de autorização

NOVA YORK

Acionamento da câmera
Manual, pelo próprio policial, durante operação ou abordagem

Armazenamento de imagens
Por 18 meses, a não ser em caso de prisão e outros incidentes críticos

Acesso do policial
Casos com tiroteios e mortes podem ter restrições de acesso ao policial; o acesso é permitido em casos rotineiros

Acesso de terceiros
Cidadãos podem pedir acesso, e a polícia pode negar em algumas circunstâncias